



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA – UAG
CURSO DE GEOGRAFIA

Elaine de Lima Souza

**CALÇADÃO DE CONFECÇÕES MIGUEL ARRAES, SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE- PE: FORMAÇÃO E DINÂMICAS ESPACIAIS.**

Campina Grande

2022

Elaine de Lima Souza

**CALÇADÃO DE CONFECÇÕES MIGUEL ARRAES, SANTA CRUZ DO
CAPIBARIBE - PE: FORMAÇÃO E DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS**

Artigo apresentado ao curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em cumprimento às exigências para obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Lincoln da Silva Diniz.

Campina Grande

2022

Elaine de Lima Souza

**CALÇADÃO DE CONFECÇÕES MIGUEL ARRAES, SANTA CRUZ DO
CAPIBARIBE - PE: FORMAÇÃO E DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS**

Artigo apresentado e aprovado em 28/03/2022 como requisito para obtenção do título de licenciatura em Geografia, Unidade Acadêmica de Geografia - UAG, Curso de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, pela seguinte banca examinadora:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lincoln da Silva Diniz

Orientador

Prof^a. M^a. Elânia Daniele Silva Araújo

Examinador Externo

Prof^a. Dr^a. Sonia Maria de Lira

Examinador Interno

Campina Grande

2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço de todo o meu coração ao meu bom Deus, que me proporcionou em todos esses anos de estudos muito livramento e proteção, aos amigos que fiz ao longos dos anos de viagens nas vans para a Universidade.

A minha família agradeço imensamente, pois foram fundamentais em todo esse processo de minha graduação, ajudando das mais variadas formas.

Agradeço a Universidade Federal de Campina Grande por me proporcionar a conclusão da minha graduação, por todo acolhimento e por todo novo saber que ela me apresentou.

Agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha vida acadêmica, e reconheço toda dedicação desses, no exercício de ensinar.

De forma especial agradeço ao meu Orientador Lincoln da Silva Diniz, por toda contribuição ao longo da minha trajetória como estudante na UFCG, por sua competência e generosidade enquanto professor e orientador.

Aos meus amigos de curso agradeço pelo carinho e amizade, levarei sempre na memória os ótimos momentos vividos na UFCG e nas aulas de Campo, a meu Amigo João Emerson e minha amiga Eridiana Neves agradeço pelo companheirismo constante, juntos formamos um trio na amizade e no aprendizado mútuo.

Por fim, só me resta agradecer por tudo e por todos, que, de alguma forma, se fizeram presentes em minha vida, durante a trajetória da tão desejada graduação.

RESUMO: Na região do Agreste Pernambucano está localizado o maior e mais importante aglomerado produtivo têxtil do Nordeste brasileiro. O Polo de confecções do Agreste tem como principais cidades produtivas, Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru. Nas últimas décadas esses municípios apresentaram um crescimento econômico e populacional significativo por consequência dessa atividade comercial. Nesse cenário de produção e comercialização de confecções destaca-se a cidade de Santa Cruz do Capibaribe, pois é considerada a maior produtora de confecções do Nordeste e segunda maior do país. Sendo assim, este trabalho tem por objetivo fazer uma análise, acerca do território denominado a princípio de “Calçadão” ou “Poerão”, e posteriormente de Calçadão de Confecções Miguel Arraes, onde foram acomodados os feirantes que não obtinham boxes no Moda Center Santa Cruz. Buscamos compreender as dinâmicas socioespaciais existentes em todo esse processo, desde a retirada da feira do centro da cidade para uma área periférica da mesma. Destacamos as contradições entre os dois territórios comerciais, o privado Moda center Santa Cruz e do público Calçadão de confecções Miguel Arraes. A partir dessa análise, foi possível observar que nesse território de confecções, existem muitas desigualdades e exclusões, de acordo com a lógica capitalista vigente atual. Ficou evidenciado que a retirada da feira popular de sulanca, realizada até então nas ruas da cidade, atendeu mais aos interesses de grandes empresários, do que aos pequenos sulanqueiros. E que apesar de uma melhoria estrutural do empreendimento público Calçadão Miguel Arraes, ainda existe uma disparidade enorme com o empreendimento vizinho Moda Center, o que vem dificultando o crescimento econômico daquele território comercial.

PALAVRAS-CHAVE: Sulanca. Territórios Comerciais, Calçadão de Confecções Miguel Arraes.

ABSTRACT: In the region of Agreste Pernambucano is located the largest and most important textile productive cluster in the Brazilian Northeast. The Agreste clothing hub has as main productive cities, Santa Cruz do Capibaribe, Toritama and Caruaru. In recent decades, these municipalities have shown significant economic and population growth as a result of this commercial activity. In this scenario of production and sale of clothing, the city of Santa Cruz do Capibaribe stands out, as it is considered the largest clothing producer in the Northeast and the second largest in the country. Therefore, this work aims to make an analysis, about the territory called at first "Calçadão" or "Poerão", and later as Calçadão de Confecções Miguel Arraes, where the fairgrounds who did not get boxes at Moda Center Santa Cruz were accommodated. . We seek to understand the socio-spatial dynamics that exist in this whole process, since the removal of the fair from the city center to a peripheral area of the same. We highlight the contradictions between the two commercial territories, the private Moda center Santa Cruz and the public Calçadão de confecções Miguel Arraes. From this analysis, it was possible to observe that in this clothing territory, there are many inequalities and exclusions, according to the current capitalist logic. It was evident that the withdrawal of the popular fair in sulanca, held until then on the streets of the city, served more to the interests of large businessmen than to small sulanqueiros. And that despite a structural improvement of the public enterprise Calçadão Miguel Arraes, there is still a huge disparity with the neighboring enterprise Moda Center, which has hampered the economic growth of that commercial territory.

KEYWORDS: Sulanca. Commercial Territories, Miguel Arraes Confections Boardwalk.

1. INTRODUÇÃO

Na região do Agreste Pernambucano está localizado o maior e mais importante aglomerado produtivo têxtil do Nordeste brasileiro. O polo de confecções situado nessa região tem nos municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru, os principais locais dessa atividade econômica comercial. Esse dinamismo comercial de confecções exerce grande raio de influência no Agreste Pernambucano e em outras regiões do Estado, além de movimentar a economia de muitos outros municípios dos Estados vizinhos. O polo de confecções desta região é responsável, principalmente, pela produção de peças dos vestuários: femininos, masculinos, lingerie e infantil. Essa produção é escoada para várias partes do território brasileiro, bem como para exportação.

Nesse cenário produtivo deste polo de confecções, se destaca o município de Santa Cruz do Capibaribe, cidade considerada como principal centro deste comércio, pois foi nesta cidade, quando ainda era um pequeno lugarejo, se deu o início desse dinamismo econômico que envolve a produção têxtil do regional. De forma rudimentar e simples, mulheres, em sua grande maioria provenientes da zona rural, produziam e comercializavam suas mercadorias, feitas de retalhos, que recebiam o nome de "Sulanca", nas calçadas da então vila e, posteriormente, cidade de Santa Cruz do Capibaribe, para ajudar no sustento familiar.

Tal atividade produtiva comercial cresceu na cidade e nos municípios vizinhos e, o que a princípio nasceu como sendo uma alternativa de complemento de renda familiar, passou então a ser o maior fator de atração populacional para a cidade e região. Sendo assim, a discussão central deste trabalho, foi analisar os impactos da dinâmica social e econômica do território do Calçadão de confecções Miguel Arraes. Essa análise buscou compreender principalmente, as consequências que a remoção da feira trouxe, para os sulanqueiros com o menor poder de capital, haja vista, que essa mudança priorizou o empreendimento privado Moda center em detrimento do espaço público "Calçadão" ou "Poerão", para onde foi levado essa população menos favorecida.

Para um melhor entendimento das implicações existentes em todo esse processo de retirada da feira popular das ruas para uma área periférica da cidade, realizamos uma pesquisa acerca do conceito de território, haja vista, que foi possível observar que o

poder econômico e territorial contribui de forma imperativa em todo este processo. Foi realizada pesquisas bibliográficas, leituras de estudiosos direcionados a essa região e visitas aos locais. Em virtude da pandemia da COVID-19, ainda em vigência, optamos por não realizarmos entrevistas, porém, todavia fizemos uso de pesquisas e estudos de pesquisadores que estudaram toda a dinâmica dessa região; realizamos consultas em sites especializados no tema, além de utilizarmos imagens, que revelam partes do processo de desenvolvimento do tema abordado neste trabalho.

O trabalho está dividido da seguinte forma: No capítulo 1 introdução, no Capítulo 2 é discutido, de forma breve, o conceito de território, a partir da contribuição de autores da Geografia, especialmente para um melhor entendimento desse conceito na contemporaneidade. No Capítulo 3, é feito um corte histórico onde é apresentado as dinâmicas territoriais e o desenvolvimento da produção de confecções na região do Agreste Pernambucano, destacando, principalmente, o município de Santa Cruz do Capibaribe. No capítulo 4 é feita uma análise acerca da formação, como também das contradições existentes entre os territórios do empreendimento privado Moda Center Santa Cruz e o do território público Calçadão Miguel Arraes, anexado ao espaço comercial do primeiro. Por último, no capítulo 5, é feita as considerações finais, destacando os muitos desafios, ainda existentes, para aqueles que trabalham no citado calçadão, que lutam pela sua sobrevivência, e, ao mesmo tempo, se empenham para se afirmarem neste espaço tão desigual, de altas disparidades socioespaciais, existentes entre esses dois territórios de comercialização de confecções no município.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. CONCEITO DE TERRITÓRIO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

No pensamento geográfico é possível afirmar que o conceito de território é considerado um conceito-chave, ocupando um lugar de destaque nos debates entre autores na contemporaneidade, sendo, contudo, um conceito abordado por outros campos de ciências, o que acaba por se tornar um conceito polissêmico. Na ciência Geográfica é perceptível, ao longo da história, observar as várias abordagens e conceituações dada por diversos autores, influenciando, assim, seu entendimento e emprego.

Vale ressaltar que, identificar a origem do termo território e de sua primeira conceituação não é tarefa nada fácil, porém, segundo Haesbaert (2007), o termo “territorium”, vêm da expressão que apontava uma terra que tivesse delimitação ou que estava sob uma jurisdição. Para este autor:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólico, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-terror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração de terror, do medo, especialmente para aqueles que, com essa dominação, ficam aliados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. (HAESBAERT, 2007, p. 20)

Diversos autores ao decorrer dos anos discutiram e utilizaram abordagens e conceituações distintas para conceituar o território, porém é possível afirmar que existe unanimidade para a ideia de que esse termo está relacionado a delimitação e jurisdição, definida por e a partir de relações de poder. Um dos pioneiros a conceituar o território a partir dessa concepção citada, foi o geógrafo suíço Claude Raffestin. Este autor aponta que o território se diferenciava do espaço, sendo assim ele entendia que o território sendo uma parcela desse espaço era justamente onde acontecia as relações de poder, e com mais ênfase, a respeito dessa diferenciação entre território e espaço, ele ressalta que o território é na verdade uma parcela do espaço apropriado e onde o exercício do poder e realizado.

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...]. (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Corroborando com essa ideia, Corrêa (1992), vai dizer que “A gestão do território é a dimensão espacial do processo de gestão, vinculando-se ao território sobre o controle de um Estado, grupo social, instituição ou empresa. É possível observar que, para Corrêa, toda essa dinâmica territorial está relacionada a coordenadas de gestões, onde cada indivíduo exerce um papel e onde as relações de poder acontecem de forma desiguais, ressaltando assim a disparidade social. Assim afirma Corrêa que, “A gestão do território, por um lado, possui uma historicidade que se traduz em agentes sociais e práticas espaciais distintas, historicamente variáveis” (CORRÊA, 1992, p. 115).

Para Santos (1999), “o território não é apenas o conjunto de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não o território

em si. O território usado é o chão mais a identidade é o sentimento de pertencer, o território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 1999).

Milton Santos vai caracterizar o território de forma ampla, ele traz um viés político para o “espaço-nação”, ele vai analisar essa parcela do espaço levando em conta as configurações existentes na sociedade, mas também na paisagem desse território. Ele vai afirmar que essas dinâmicas vão sendo formadas no desenrolar da história, onde apropriações, exercício de poder e os aspectos sociais, econômicos e culturais são indissociáveis e se entrelaçam. O autor também abordará os aspectos relacionados ao movimento e emprego de técnicas para a realização das dinâmicas de trabalhos, é ponto importante para análise dentro das sociedades. Para Santos, “podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes” (SANTOS, 1996, p. 77).

Um autor que contribuiu de forma significativa para libertar a ideia de que o território estava ligado apenas ao sentido de “estado-nação”, foi o Geógrafo Americano Robert Sack. Para este autor, era de suma necessidade estudar o conceito de território, levando em conta todas as especificidades relacionais, onde não apenas teriam destaque discussões políticas administrativas. Segundo Sack:

Enquanto “continuum” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como Igreja etc. (SACK, 1986, p.6).

Ainda para esse autor, é importante estudar o território e suas territorialidades, incorporando dimensões que vão para além da visão estritamente política. Sendo necessário observar dimensões intimamente ligadas ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. Sack afirma também que, “A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado” (SACK, 1986, p. 219).

Com as dinâmicas atuais das sociedades os autores têm contribuído cada vez mais, com suas concepções e conceituações, levando em conta as territorialidades existentes nos territórios. Haja vista, que as delimitações estudadas nos territórios não necessariamente serão visíveis, esse conceito se manifesta em múltiplas escalas.

Para Saquet (2013), o território e as territorialidades precisam ser pensados e estudados com uma visão holística e não de forma simplista conceitual. Para este, é necessário e pertinente abranger o campo das ideias para analisar as relações de poder estabelecidas dentro das sociedades ao longo da história na humanidade. Ele ainda ressalta que essas abordagens devem levar em conta análises dos temas políticos, econômicos, culturais e a própria natureza ambiental existentes nos territórios. Para o mencionado autor:

O território significa natureza e sociedade; economia; política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriações e controle; descontinuidades; conexões e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder, diversidade e unidade. (SAQUET, 2013, p. 24).

Outro autor que tem grandes contribuições acerca desse tema é o geógrafo Rogério Haesbaert, para este é primordial ser levado em conta a “multiterritorialidade” dos territórios. Pois, a combinação dos múltiplos territórios e suas justaposições existentes, gera, por consequência, dinâmicas espaciais pontuais, onde apresentará campos de análises complexos e com distintas escalas. Para Haesbaert:

Essas dinâmicas se desdobram num continuum que vai do caráter mais concreto ao mais simbólico, sem que um esteja dicotomicamente separado do outro. No caso de um indivíduo ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (múlti) territórios integrados, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço (HAESBAERT, 2006, p. 341).

Haesbaert analisa o território por uma tríplice abordagem, sendo elas: jurídico-político, econômico e cultural, salientando ele que existem relações de poder e dinâmicas espaciais no território que perpassa muito além do caráter estatal. O autor vai apontar aos longos dos seus estudos e publicações os aspectos humanos de identidade e também aspectos econômicos dentro da relação capital-trabalho vivenciados nos territórios. Para este geógrafo, a territorialidade acontece em espaços e tempos distintos, ou podem ser simultâneos, como ele sugere que é o que acontece nos grandes centros urbanos.

Para Marcelo Lopes de Souza, a formação territorial e os processos dinâmicos deles existentes, podem ocorrer por expressões concretas e não concretas, ou seja, podem ser de formas visíveis e não visíveis. Para Souza (2001) “em qualquer circunstância, o território é a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de grupo” (SOUZA, 2001, p. 180). Ele vai defender a ideia da existência de uma autonomia no território, para que dessa forma venha a existir uma maior liberdade dos indivíduos e, por conseguinte, uma menor desigualdade social. Para Souza:

[...] uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território [...] uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder [...], no entanto, indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um “Estado” enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade. (SOUZA, 2001, p. 106).

Em seus estudos e publicações ele vai ressaltar a existências de territórios e territorialidades dentro dos grandes centros urbanos, a exemplo das territorialidades das prostitutas, do narcotráfico, do comércio ambulante, entre outras. Ele ainda apontar que essas territorialidades podem ocorrer de caráter cíclico ou de forma móvel, um exemplo citado e discutido por ele é a existência do território de atuação das prostitutas, geralmente nos centros das grandes cidades, onde durante o dia reina a dinâmica comercial e metropolitana e a noite o campo de atuação destas.

Há, portanto, vários tipos de territorialidades, que atuam em diferentes espacialidades e escalas, seja global, regional ou local. Na dimensão regional, temos territorialidades construídas a partir do desenvolvimento de atividades econômicas, que passam a ganhar importância em diferentes localidades. O setor de produção de confecção em cidades do interior da região do Nordeste brasileiro é um exemplo, especialmente na região do Agreste Pernambucano¹, que encontrou neste setor a principal fonte de renda para milhares de famílias, trabalhadores e empresas. Tais trabalhadores e empresas, de diversas dimensões, ao longo dos anos transformaram e dinamizaram essa região do pólo de confecção.

Modificações territoriais e a vivência das multiterritorialidades foram e são observadas neste espaço, haja vista, que por se tratar do exercício econômico que gere

¹ A região do Agreste corresponde uma zona de transição ambiental entre a região quente e seca do semiárido do Sertão e a região quente e úmida da zona da Mata.

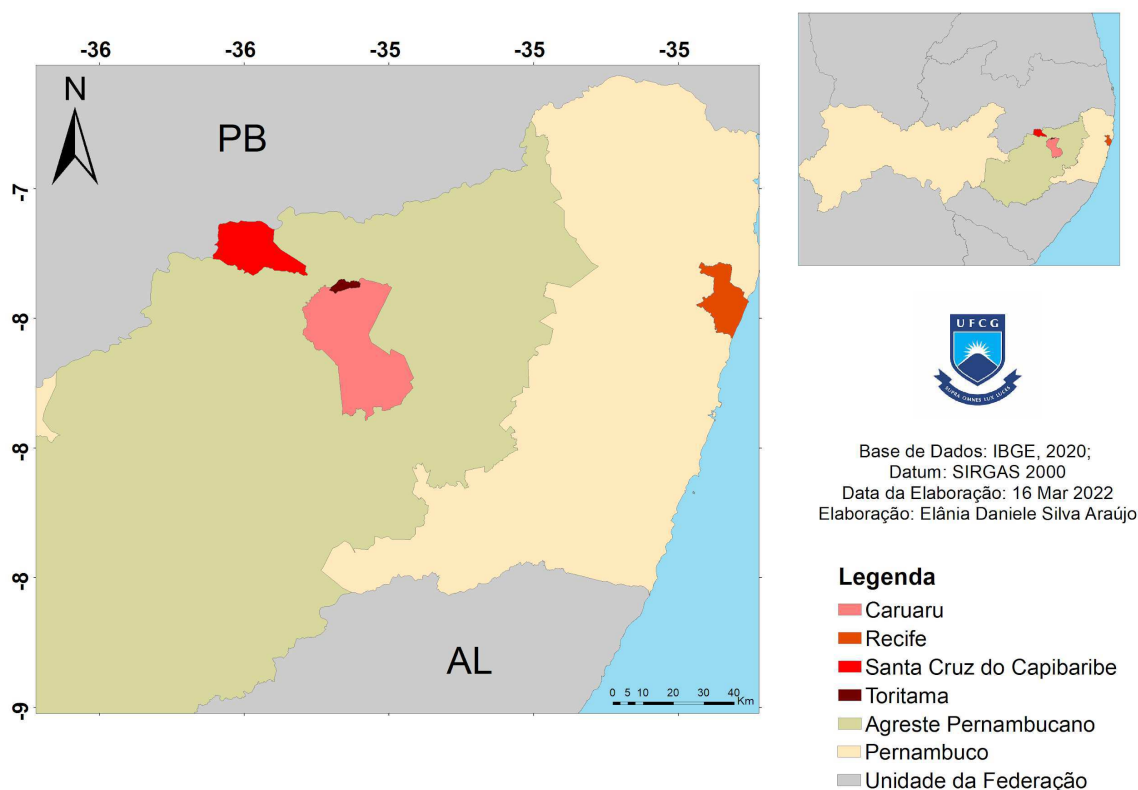
uma boa parcela do interior agreste de pernambuco, as relações de poder e o imperativismo do capitalismo acontece de forma explícita e dominante. Nessa perspectiva este trabalho tem a incubencia de abordar transformações e dinâmicas socioespaciais exercidas com a retirada da feira popular de confecção do centro da cidade parte de trás do empreendimento privado Moda Center Santa Cruz. Retirada essa que impactou fortemente a vida comercial da cidade de Santa Cruz do Capibaribe, projetando ela ainda mais no cenário nacional e também mesmo que em menor proporção no cenário externo.

3. O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE E AS DINÂMICAS TERRITORIAIS DA CONFECCÃO

Geograficamente, Santa Cruz do Capibaribe está localizada na Região de Influência de Caruaru² (Mapa 01), na Mesorregião do Agreste Pernambucano e na Bacia do Alto Capibaribe, tendo como município limítrofes, ao oeste, Jataúba (Pernambuco); a norte os municípios de Caraúbas e Barra de São Miguel (Paraíba); a leste os municípios de Alcantil (Paraíba) e Taquaritinga do Norte (Pernambuco); e ao sul Brejo de Madre de Deus e Toritama (Pernambuco). Sua área territorial é de aproximadamente 335,309 Km², o que representa cerca de 0,37% do território do Estado de Pernambuco (BRASIL, 2020). O município apresenta uma altitude de 438 metros e coordenadas geográficas de 07° 57' 27' de latitude sul e 36° 12' 17' de longitude oeste, sua distância para a capital Recife é de 194,3 Km, cujo acesso é feito pelas rodovias BR 232/104 e a PE 130 (CPRM, 2005).

² O município de Santa Cruz do Capibaribe, localiza-se ainda, de acordo com a nova divisão regional do IBGE, em 2017, em duas novas regiões geográficas: Região Intermediária de Caruaru e Região Imediata de Caruaru. A partir desta classificação regional, ratifica-se a grande influência regional da cidade de Caruaru na região do Agreste Pernambucano.

Mapa 01: Localização do Município de Santa Cruz do Capibaribe



Fonte: Mapa elaborado por Elânia Araújo.

A história do crescimento e desenvolvimento do município de Santa Cruz do Capibaribe, cidade localizada no interior de Pernambuco, se confunde com o desenvolvimento da principal atividade econômica da região do Agreste Pernambucano³, a produção de confecção têxtil. Santa Cruz do Capibaribe juntamente com os municípios de Caruaru e Toritama, formam o principal aglomerado de produção de confecção da região do Nordeste brasileiro. Essas três cidades nas últimas décadas vêm apresentando, um fenômeno de crescimento econômico e populacional para uma região onde, a escassez de chuvas fez outrora haver uma grande migração de sua população em direção, principalmente para os Estados da região Centro-Sul do país. Para comprovar a importância dessa atividade econômica, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), considera a cidade de Santa Cruz do Capibaribe, como sendo a maior

³ O Agreste Pernambucano corresponde uma região/zona de transição entre a região semiárida e a região da zona da Mata Atlântica. No município de Santa Cruz do Capibaribe, predominam elementos da região Semiárida do Bioma Caatinga.

produtora de confecção no Estado de Pernambuco, e é dela também o segundo maior polo de confecção de Brasil, sendo ultrapassada somente pela cidade de São Paulo.

Assim afirma Vêras de Oliveira:

O Polo de Confecções do Agreste Pernambucano é um aglomerado de iniciativas produtivas e comerciais relacionadas ao setor de confecções, em foco em roupas casual (masculina e feminina), brim (jeans, bermudas, saias, shorts e camisas), malharia (camisetas, tops, blusas, vestidos), outras vestimentas (calças, saias, camisas e blusas), moda infantil e lingerie. Se estabeleceu, a partir dos anos 1950/1960, em torno das “Feiras da Sulanca”, em Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru, Toritama, mas hoje seu raio de influência se estende por dezenas de municípios de Pernambuco e repercute na Região e no país. (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011, p.1).

Tal fenômeno econômico teve seu início ainda com a cidade sendo uma pequena vila pertencente ao município de Taquaritinga do Norte, só a partir do ano de 1953, com a sua emancipação é que tal vila assume de fato o posto de cidade. No princípio, o que hoje conhecemos como produção de confecção, era denominado apenas de “sulanca”, denominação esta, que tem como origem duas vertentes de significação popular, que foi repassado de geração a geração oralmente, sem que haja de fato registros comprovantes. Uns atribui esse nome por consequência, da fibra sintética utilizada na fabricação das peças possuir o nome helanca, e sua origem ser da região sul do Brasil, logo faziam a junção de Su + helanca, formando assim o termo “sulanca”,(porém a divergências entre historiadores, alguns afirmam que na verdade primeiramente essa fibra sintética seria trazida do Recife e só posteriormente viria da região Sul mais especificamente de São Paulo). Uma segunda hipótese é do termo ser originado a partir da concepção de uma mercadoria de baixa qualidade e produzida com materiais têxteis que lembrasse o material de sucata, logo o “Su” seria de Sucata e a helanca da malha utilizada na produção, o que viria a formar novamente o termo “Sulanca”.

A dinâmica original da produção e comercialização das primeiras peças se deu da forma mais rudimentar possível. No primeiro momento, essas peças eram feitas pelas mãos de mulheres, que ao emendar retalhos de tecidos, produziam colchas de retalhos e vestimentas simples para venderem nas calçadas das poucas ruas existentes no lugarejo. Essa comercialização nas ruas era feita no dia da feira da cidade, sem que houvesse nenhuma organização dos poderes públicos. As mulheres forravam calçadas e ruas e comercializavam ali mesmo suas sulancas (Figura 01). Um fato importante a ser

destacado é que essa dinâmica comercial, primitiva na cidade, já tinha o caráter da busca pela sobrevivência, haja vista que boa parte dessas mulheres eram provenientes da zona rural, e suas vendas ajudavam no sustento familiar .

Figura 01: Mulheres comercializando “sulanca” em calçadas das ruas da cidade de Santa Cruz do Capibaribe na década de 1970



Fonte: José Romildo Bezerra / Acervo pessoal.

Nesse período inicial, dois pontos cruciais para o crescimento dessa atividade no mencionado município. Em primeiro lugar, este sempre apresentou uma realidade climática “desfavorável” para a produção da agricultura, pois a escassez de chuvas sempre influenciou a região, o que por anos favoreceu em parte com o fenômeno do êxodo rural dessa população para a região Sudeste. Em segundo lugar uma característica social, que foi a predominância do trabalho feminino nessa atividade, fazendo assim, da máquina de costura e da mulher costureira, um símbolo para a cidade. Segundo Lira vai destacar que:

Se constituiu como alternativa de sobrevivência da população agrestina por causa, principalmente, da crise agrícola da cotonicultura e das dificuldades de produzir outros produtos, já que essa região possui faixas muito secas, sendo inapropriadas para o plantio, pois fazem parte do semiárido nordestino. (LIRA, 2006, p.98).

Ainda, nesse sentido, Milanês (2015) vai corroborar com a ideia de Lira, ao apontar os fatores principais para o desenvolvimento da atividade de confecção na

região. Fatores esses que para esta autora ainda continua sendo um motivo de atração de milhares de pessoas vindas de outras cidades. Explica Milanês:

É fato que as condições ambientais, climáticas e econômicas foram importantes para gerar uma certa adaptabilidade dos trabalhadores do Agreste pernambucano em busca de outras atividades. No entanto, tais causas não devem ser vistas como as únicas determinantes desse processo. Talvez o mais interessante, não seja buscar uma explicação causal para este fenômeno, mas sim como ele foi se consolidando ao longo do tempo e se constituindo nos dias atuais em uma das mais importantes formas de manutenção das famílias locais. (MILANÊS, 2015, p.25).

Assim como Milanês, Silva (2012) vai afirmar que, a população de Santa Cruz do Capibaribe, principalmente a mais pobre, viu nesta atividade uma alternativa para a sobrevivência diante das muitas estiagens prolongadas na região semiárida nordestina. Comenta o autor: “Devido a sua localização no semiárido pernambucano, as chuvas irregulares e escassas, fizeram com que a agricultura não se tornasse a principal atividade econômica, forçando a população a buscar outras alternativas para sua sobrevivência” (SILVA,2012, p. 19). Ainda resultante dessa dinâmica em busca da sobrevivência e de certa forma por apresentar uma aptidão natural da cidade para o comércio, o autor ressalta como se deu a origem das feiras de rua com a então “sulanca” de Santa Cruz:

Um exemplo foi o desenvolvimento do comércio através da sua tradicional feira livre, impulsionado a comercialização dos mais variados produtos que, muitas vezes, eram comercializados em forma de escambo. É possível citar as pequenas bodegas, e a fabricação de alpargatas, atividade que logo foi substituída na década de 40 pela confecção de roupas, que deu grande respaldo econômico para a cidade. (SILVA, 2012, p.12).

Afirma Diniz (2009, p.20) que, “O comércio, atividade econômica de origem milenar, sempre desempenhou um papel importante na formação e no desenvolvimento das primeiras sociedades urbanas”. Tal processo não foi diferente com a cidade de Santa Cruz do Capibaribe. A “revolução” que a atividade comercial exerceu e continua a exercer é de dimensões extraordinárias. Um dos fenômenos mais observados ao longo dos anos na cidade foi o seu crescimento populacional, que passou de 38.332 habitantes em 1991, década em que a confecção começa a conquistar o mercado nacional, para 59.048 habitantes (2000). Em 2010, o último censo realizado, já contava com 87.582 (IBGE habitantes. Para 2021, segundo estimativas do IBGE, este município possuía cerca de 111.812 habitantes.

Figura 02: Feira da "sulanca" no fim da década de 80.



Fonte: As raízes de Santa Cruz do Capibaribe, Post/ Facebook

Figura 03: Vista superior da feira da Sulanca nas ruas centrais de Santa Cruz do Capibaribe nos de 2000.



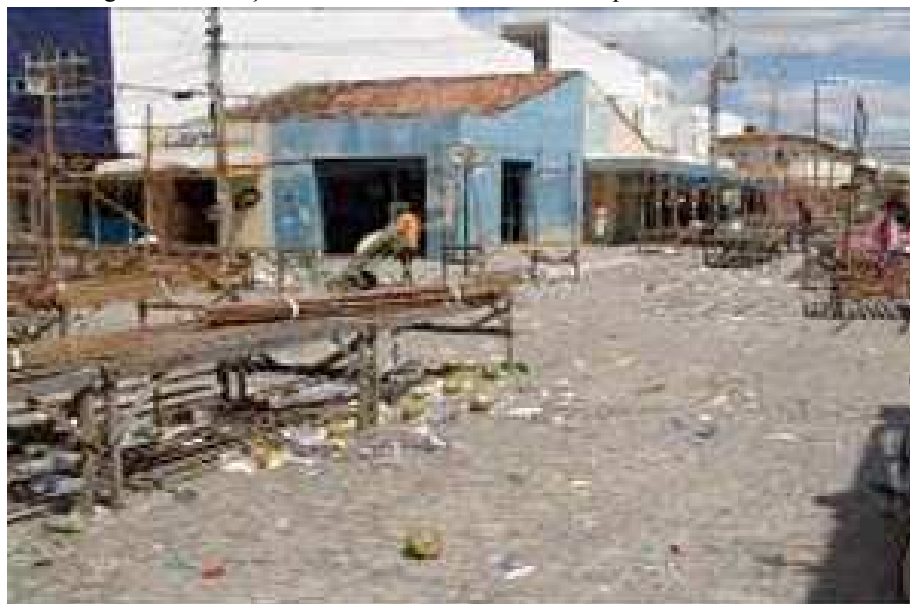
Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe.

O crescimento dessa atividade comercial proporcionou, a Cidade de Santa Cruz do Capibaribe, profundas transformações e modificações tanto na concepção da melhoria da produção feita na cidade e região, como nas mudanças estruturais e socioespaciais que a cidade vivenciou e vivencia ainda nos dias atuais. No âmbito da

produção, a mudança foi muito significativa e visível, pois hoje não se produz mais “sulanca”, essa atividade ganhou status de “confeção”, afastando assim, a ideia de uma mercadoria ruim ou mal feita. No tocante ao desenvolvimento territorial da cidade, houve uma supervalorização do solo urbano local, elevando, assim, a especulação imobiliária. Tal crescimento também fez surgir diversos problemas estruturais e sociais na cidade, pois a realidade é que em pouco tempo a cidade “inchou”, contribuindo para inúmeras problemáticas que afetam o verdadeiro desenvolvimento da cidade, haja vista, que o próprio crescimento da feira contribuiu para inúmeros problemas estruturais, principalmente no centro da cidade, porém esses não foram discutidos neste trabalho.

Exemplo desse processo de crescimento desordenado foi o aspecto de “desorganização” e falta de estruturação que a feira da sulanca apresentava em seus últimos anos nas ruas centrais da cidade (Figura 04). Apesar de já ser uma feira popular, consolidada na região, tais problemas estruturais estavam “sufocando” a feira, e assim, por consequência prejudicando seu desenvolvimento comercial. Apesar de não haver unanimidade entre os “sulanqueiros” e comerciantes do centro para a retirada definitiva da feira de rua do centro para um local privado, afastado do centro tradicional da cidade, em 7 de outubro de 2006 a feira foi totalmente retirada das ruas desta cidade.

Figura 04: situação das ruas do centro da cidade após um dia de feira.



Fonte: Guaraci Baldi, (2006).

Com a retirada da feira do centro da cidade, é possível afirmar que houve um grande favorecimento econômico, principalmente, para os que detinham maior poder imobiliário, ou seja, o local e a forma de mudança da feira, beneficiou não aqueles que dela tiravam o sustento, mas sim aqueles que possuíam o capital imobiliário na cidade. Se por um lado a feira livre nas ruas estava tomando uma proporção gigantesca, e sua “desorganização” estava cada dia maior, prejudicando de fato seu crescimento, por outro lado, não existia uma movimentação real e objetiva por parte dos poderes públicos para a melhoria de sua estruturação.

O fato é que por ocasionalidade da já citada supervalorização dos terrenos desta cidade, os donos das grandes áreas afastados do centro almejavam uma valorização ainda maior dos seus terrenos, e com a retirada da feira do centro para uma área periférica, essa valorização seria imediata e a especulação imobiliária viria por consequência. E foi o que realmente aconteceu com a retirada da feira de rua do centro da cidade, para a área privada do Moda Center Santa Cruz, como também para a então área pública da feira situada na parte de trás do empreendimento Moda Center, conhecido popularmente por "Calçadão" ou também denominada “Poeirão”, (o espaço foi denominado assim devido às condições inferiores de funcionamento, quando comparado ao Moda Center, era desprovido inicialmente de uma cobertura, calçamentos, fornecimento de energia elétrica, segurança, etc). Contudo, as áreas ao redor foram sendo valorizadas pelo capital especulativo imobiliário, na medida que o grande empreendimento Moda Center Santa Cruz se expandia. Nas figuras 05 e 06 é possível observar essa dinâmica do crescimento urbano e edificações comerciais nas áreas vizinhas ao Moda Center e ao Calçadão Miguel Arraes.

Figura 05: Estrutura do Moda Center em sua inauguração.



Fonte: www.blogdoneylima.com

Figura 06: Imagem panorâmica do Moda Center em 2021.



Fonte: www.blogdoneylima.com

4. MODA CENTER SANTA CRUZ E O CALÇADÃO MIGUEL ARRAES: FORMAÇÃO E CONTRADIÇÕES TERRITORIAIS

É possível observar que a mudança de local da feira não ocorreu da forma que viesse a priorizar os pequenos sulanqueiros, pois na verdade nem todos puderam comprar boxes no então empreendimento privado Moda Center. Sendo assim, é verdadeiro afirmar que a retirada da feira do centro veio a beneficiar os feirantes que possuíam um poder de capital maior, o que demonstrou uma contradição social vinda dos órgãos públicos.

A prefeitura por sua parte destinou uma área pública, onde todo aquele que possuía alvará de seu banco na feira livre tinha direito a outro banco (nova territorialidade), porém essa área oferecida apresentava uma grande precariedade na sua estrutura. Assim como pode ser observado na figura abaixo, serviços básicos, como: iluminação, saneamento e banheiros, eram inexistentes, o que ocasionou, logo no início de seu funcionamento, muitos descontentamentos, revoltas e desistências por parte de alguns feirantes.

Figura 07: Primeiro local destinado aos sulanqueiros após a retirada da feira do Centro da cidade.



Fonte: www.blogdoneylima.com

Depois de quase uma década de funcionamento, com uma estrutura precária, no dia 18 de setembro de 2014, foi inaugurado a estrutura atual, rebatizado agora de Calçadão de Confeções Miguel Arraes, com uma área total construída de 25.276 m², orçado em 15 milhões de reais, o empreendimento público foi um convênio entre os governos municipal e estadual.

Para os feirantes foi apresentado uma proposta de modernidade e melhorias de funcionamento, porém a disparidade com o território do empreendimento vizinho continuava sendo bastante perceptiva, quando comparando os números dos serviços oferecidos, bem como a sua própria infraestrutura, que apresenta características mais modestas, embora relativamente melhores que outrora.

Figura 08: Dia da inauguração do Calçadão Miguel Arraes em 18/09/2014.



Fonte: www.calcadaomiguelarraes.com

Para melhor entender as disparidades existentes entre os territórios dos centros de compras de confecções, o Moda Center Santa Cruz e o Calçadão Miguel Arraes, é importante observar suas estruturas e funcionamentos, além, é claro, os agentes que ali circulam e as dinâmicas socioespaciais destes.

Figura 10: Área interna do Moda Center



Fonte: www.modacentersantacruz.com

Por sua vez, a estrutura do calçadão é bem menos robusta no que diz respeito a sua estética, e também na qualidade, se comparada aos boxes do Moda Center. O território do Calçadão de Confecções Miguel Arraes é dividido também por módulos, sendo eles, nas cores azul, branco e verde, possui cerca de 4.000 boxes, 65 lojas, 60 restaurantes/lanchonetes, 3 baterias de banheiros e 300 vagas no estacionamento para veículos; sua área construída é de 25.376 m². Não existe sistema de som, rádio e de interação de aplicativos, porém existe a promessa dos organizadores da feira para uma implantação futura desses sistemas de comunicação no referido espaço do “Calçadão”

No tocante as disparidades estruturais e territoriais, as figuras 09 e 10 e as figuras 11 e 12 deixam explicitadas tais discrepâncias, enquanto o Moda Center tem ótima localização e boa estruturação interna o Calçadão Miguel Arraes é localizado aos fundos do empreendimento Moda Center, dificultando totalmente sua visibilidade para os clientes, e sua estrutura interior é bem menos robusta que o empreendimento vizinho.

Figura 11: Imagem panorâmica do Calçadão Miguel Arraes



Fonte: www.calcadaomiguelarraes.com

Figura 12: Área interna do Calçadão Miguel Arraes em dia de grande movimentação



Fonte: www.calcadaomiguelarraes.com

Apesar de um melhoramento considerável em sua estruturação, constantemente o território do Calçadão Miguel Arraes é alvo de críticas e reivindicações por parte daqueles que ali trabalham. Muitas são motivos expostos para tais reclamações dos feirantes, porém existe uma unanimidade de descontentamento no tocante aos serviços sanitários, como: banheiros, escoamento do canal de esgotos, que se localiza próximo

ao local da estrutura do Calçadão. Outra reivindicação constante dos feirantes deste empreendimento público, é publicidade midiática (atualmente inexistente), com o intuito de atrair maior quantidade de clientes, haja vista, que a publicidade geralmente só é direcionada ao empreendimento privado Moda Center, enquanto que as atividades existentes no Calçadão Miguel Arraes, ficam no desconhecimento para muitos consumidores, especialmente de lugares mais distantes, como aqueles oriundos de cidades de outros estados do país.

É possível observar que desde a sua criação e em todo o seu processo de melhoria de estrutura, o território do Calçadão Miguel Arraes sempre permaneceu à margem do território do Moda Center, sendo praticamente escondido para muitos, configurando-se numa territorialidade marginal. Na figura 13, a imagem aérea mostra essa disparidade territorial, é possível observar que apesar de toda as “melhorias”, o território do Calçadão passa quase despercebido na parte de trás do Moda Center, e, para muitos que ali fazem compras, nem sabem que tal território de comércio de confecção existe.

Figura 13: Imagem aérea do Moda Center Santa Cruz e do Calçadão de Confeccões Miguel Arraes



Fonte: www.modacentersantacruz.com

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada neste trabalho, podemos afirmar que o polo de confecções do Agreste Pernambucano, exerce grande influência no desenvolvimento desta região, alcançando um raio interestadual. Sendo assim, tal aglomerado permitiu não apenas a sobrevivência de sua população, mas trouxe também uma migração substancial. A sempre crescente geração de empregos e um aumento populacional na região do polo de confecções, foi um dos aspectos mais destacados em todo esse processo de desenvolvimento produtivo econômico, contradizendo com a realidade de outrora, que era de um êxodo para as regiões do centro-sul do país.

Contudo, foi possível observar, que também no território da produção de confecções, existem muitas desigualdades e exclusões, de acordo com a lógica capitalista vigente no mundo atual. Ao longo do estudo realizado, ficou claro que a retirada da feira popular da sulanca, das ruas do centro de Santa Cruz do Capibaribe, correspondeu a essa dinâmica capitalista, onde o sulanqueiro, com menor poder aquisitivo, teve que se moldar aos interesses dos grandes empresários locais. A construção do Moda Center ratificou essa desigualdade social existente no ramo comercial e econômico, haja vista, que por se tratar de um empreendimento privado, nem todos que comercializavam nas ruas poderiam comprar boxe neste centro comercial.

Apesar de ser oferecido um espaço público para aqueles que possuíam alvarás na feira popular da cidade, a pesquisa realizada apontou que a precariedade do local e a ausência do poder público, fez com que houvesse inúmeras desistências da comercialização de seus produtos, por parte dos sulanqueiros no espaço oferecido pela prefeitura. Foi possível observar, a partir de registros, que não havia serviços básicos oferecidos no local, a exemplo de serviços sanitários e elétricos. Problemas estes que só veio a “melhorar” um pouco, quase uma década depois do funcionamento da feira, com a construção do Calçadão de Confecções Miguel Arraes; essa nova estrutura seguiu os moldes do então empreendimento vizinho Moda Center, embora de forma mais simplificada. Essa forma estrutural veio atender as demandas das populações excluídas com a criação do Moda Center, pois possibilitou que os feirantes pudessem comercializar seus produtos em um ambiente mais amplo.

Por fim, ficou evidenciado, ao longo do trabalho, que o Calçadão de Confecções Miguel Arraes, apresentou melhorias substanciais, porém, com o passar dos anos, tem apresentado a necessidade de constantes manutenções e inovações, a exemplo da necessidade de visibilidade midiática, melhoria constante em sua estrutura técnica e de serviços, uma integração maior entre poder público e feirantes, além de uma dinâmica territorial onde não venha a produzir a estrutura econômica existente em outros tempos, sendo ainda esse o maior desafios para os trabalhadores mais desfavorecidos na atualidade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Anuário do Instituto de Geociências**, v 15, p.35-41, 1992.

CPRM, Serviço Geológico do Brasil. *Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento de Água Subterrânea no Estado do Ceará*. Diagnóstico do município de Santa Cruz do Capibaribe. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

DINIZ, Lincoln da Silva. *As abordagens da Cidade de Campina Grande: dinâmicas socioespaciais do pequeno comércio*. Campina Grande: EDUFCEG, 2011.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia* - Ano IX - nº 17, 2007.

LIRA, Sonia. Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE: um espaço construído na luta pela sobrevivência. **Revista de Geografia**, v. 23, n.1, Recife, 2006.

MILANÊS, Renata Bezerra. **Costurando roupas e calçados: as linhas que tecem o trabalho e gênero do Agreste Pernambucano**. 136f. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- RJ, 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

- SACK, R. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge University Press. 1986.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **Geographia**, UFF, Programa de Pós-graduação em Geografia. Niterói 1 (1), p. 7-13,1999,
- SAQUET, Marcos. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre o espaço e o poder. Autonomia e desenvolvimento**. In CASTRO, I. E. de , GOMES, P. C. da C. CORRÊA, R. L. (orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 77-116.
- VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. **O Polo de confecções do agreste de Pernambuco: ensaiando uma perspectiva de abordagem**. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, v. 35, 2011.